



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Agrária

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, FORMAÇÃO CRÍTICA E O SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA COM FEIRAS POPULARES

LIANA FRANCA DOURADO BARRADAS¹

FRANQUELINE TERTO DOS SANTOS²

MONIQUE BRUNA SOUZA DOMINGOS³

RAQUEL BIANOR DA SILVA⁴

RESUMO:

O objetivo deste artigo consiste em compartilhar as primeiras reflexões coletivas sobre o desenvolvimento de um projeto de extensão universitária do curso de Serviço Social baseado na realização de feiras populares de agricultura familiar e de artesanato. A partir de observações introdutórias pretende-se debater a articulação entre extensão e formação crítica em Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Crítica. Extensão Universitária. Serviço Social.

ABSTRACT:

This article aims to share the first collective reflections on developing a university extension project for the Social Work course based on holding popular family farming and handicraft fairs. Based on introductory observations, the aim is to discuss the link between extension and critical training in Social Work.

KEYWORDS: Critical Formation. University Extension. Social Work.

¹ Universidade de Pernambuco

² Universidade de Pernambuco

³ Universidade de Pernambuco

⁴ Universidade de Pernambuco

I. INTRODUÇÃO

Este artigo expõe reflexões introdutórias sobre a importância da extensão universitária e a sua relação com a formação crítica em Serviço Social a partir da realização de um Projeto de Extensão com feiras de produtos agroecológicos e artesanais, desenvolvido durante um ano com o apoio financeiro de editais vinculados ao programa de fortalecimento acadêmico. O Projeto de Extensão teve como objetivo principal aprofundar a análise de temas fundamentais para a formação em Serviço Social como as particularidades da formação sócio-histórica brasileira e seus vínculos com as contradições societárias, propriedade da terra, agroecologia, desigualdades sociais regionais e sustentabilidade. As atividades desenvolvidas basearam-se na realização de um conjunto de dez Feiras Populares vinculadas à agricultura familiar e à produção artesanal na região de abrangência da Universidade.

No que se refere à sua institucionalização na universidade e, mais especialmente, no curso de Serviço Social, o Projeto teve como propósito estimular estudos sobre a realidade social regional, considerando a diversidade de sujeitos e de territórios, de saberes e práxis produtivas, e fomentar a produção de conhecimentos sobre a relação articulada entre questão social, questão agrária e questão ambiental na constituição da classe trabalhadora brasileira. No desenvolvimento do Projeto de Extensão, buscou-se a articulação permanente e indissociável entre teoria-prática, ao proporcionar concretamente aos discentes e docentes extensionistas da comunidade interna o desenvolvimento de uma práxis extensionista numa perspectiva crítica, problematizadora da realidade local-regional, que valoriza as experiências e conhecimentos populares, em relação dialógica com os demais participantes da comunidade externa à Universidade, também sujeitos do Projeto: - trabalhadores e trabalhadoras rurais da agricultura familiar-camponesa, movimentos sociais do campo, e coletivos de artesãs da região. Além disso, busca-se agregar ao debate sobre a experiência extensionista as reflexões sobre os núcleos formativos das diretrizes curriculares dos cursos de Serviço Social no Brasil (ABEPSS, 1996), a sua relevância para a formação crítica e a sua permanente resistência.

II. CRÍTICA À SOCIEDADE CAPITALISTA, FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E REFLEXÕES SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No conjunto das Diretrizes Curriculares vigentes para cursos de Serviço Social no Brasil, verifica-se o compromisso teórico-metodológico, ético-político, investigativo e técnico-operativo para com a construção de saberes referenciados pela *práxis social de caráter emancipatório*. Tal elaboração deriva de um longo percurso, o qual passa a compreender historicamente o desenvolvimento do Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho no capitalismo. Portanto, articula-se com as lutas de classes e as contradições próprias do sistema do capital fundado na apropriação privada dos meios de produção e exploração do trabalho - base material da desigualdade social, expresso fundamentalmente/originalmente pelo surgimento do *pauperismo*. Por seu turno, a desigualdade social imanente à ordem social burguesa, que se acentua entre os séculos XVIII e XIX sob os efeitos da Revolução Industrial, recebe a denominação de “questão social” com a função de intervir nos efeitos do pauperismo resultante da contradição fundamental entre *trabalho e capital*, obnubilando as raízes dessa contradição fundamental e ensejando-lhe uma representação de cunho moralizante e assistencial.

O desenvolvimento histórico dessa contradição fundamental vai assumir na luta de classes diversas formulações e ações das classes trabalhadora e burguesa. Neste processo histórico, o Serviço Social também vai desenvolver as proposições teóricas e práticas de se relacionar com a contradição fundamental entre trabalho e capital por meio das diferentes formas de aproximação com as lutas e os movimentos sociais desenvolvidas pelas populações em diferentes modalidades de organização e contexto conjuntural e histórico.

Localizamos o projeto ético-político como a culminação do processo de ruptura com o conservadorismo marcante na profissão, desde as suas protoformas. Como é amplamente desenvolvido na bibliografia profissional, o Serviço Social brasileiro encontrou-se imbricado ao ideário católico que imprimiu à profissão um caráter de apostolado. Estava na base dos primeiros objetivos político-sociais do Serviço Social, o cunho humanista-conservador, legitimado em atividades realizadas junto às famílias e aos trabalhadores empobrecidos através da “base confessional”, dada pela doutrina da justiça e da caridade. A partir de sua institucionalização nos anos 40, dentro do corpo do Estado corporativista, começam a se desenvolver órgãos e instituições assistenciais que favorecem a ampliação do processo profissionalização do Serviço Social no país. (ABEPSS, 2022, p. 18)

Depois de um giro de oito décadas de desenvolvimento da profissão no Brasil, os avanços constitutivos da profissão no campo da produção de conhecimento, foram decorrentes, sobretudo, do seu relacionamento com as lutas sociais no campo e na cidade nos períodos que antecedem a implantação da ditadura civil-empresarial-militar a partir de 1964 no país. Todo esse movimento no Brasil, a partir da renovação profissional, e a partir do Movimento de Reconceituação na América

Latina, precisa estar situado no processo de fortalecimento e expansão dos movimentos de resistências aos governos militares e de mobilização popular, no contexto da redemocratização

A perspectiva conservadora na profissão, ainda que mantendo sua hegemonia até a década de 1970, contraditoriamente começa a ser questionada a partir da segunda metade dos anos de 1960 por meio de um processo mais amplo de questionamento do padrão de desenvolvimento capitalista que iniciou uma gama de problematizações em torno dos fundamentos que até então vinham alicerçando a intervenção profissional. O Movimento de Reconceitualização na América Latina apresentou características diversas nos países em que se desenvolveu e particularmente no Brasil. É notadamente, com o processo de constituição e desenvolvimento da “intenção de ruptura” no Brasil que o Serviço Social estabelece uma fecunda relação com o marxismo criando-se assim, as condições para se pensar criticamente o Serviço Social, de modo que se constituiu uma maioria intelectual e teórica da perspectiva de ruptura (NETTO, 1998) com o conservadorismo. (ABEPSS, 2022, p. 19)

A perspectiva da intenção de ruptura representou um marco histórico da constituição do Serviço Social crítico no Brasil, posicionando o compromisso profissional com a defesa dos direitos e com os interesses da classe trabalhadora. E, ao pautar uma direção ético-política para a profissão, produziu uma nova mirada sobre o papel da formação em Serviço Social e sobre o sentido da Universidade.

No caso do estado de Pernambuco, essa relação entre teoria e prática no âmbito do Serviço Social e a sua história encontram-se ainda sob investigação nascente. Esses estudos e aprofundamentos reflexivos sobre ensino, pesquisa e extensão na formação profissional pretendem propiciar a emergência da busca pela teoria social capaz de efetivamente responder às indagações sobre a crescente desigualdade social e regional que marcam as expressões da “questão social” e as suas especificidades. Entendemos que os *saberes* produzidos pela universidade sobre as lutas sociais, suas determinações sócio-históricas não dissociadas da produção e da reprodução social, devem ser partilhadas com os sujeitos das lutas sociais envolvidos em diferentes movimentos sociais para inclusive serem efetivamente validados.

A concepção de extensão universitária é reconhecida como parte essencial da educação superior, ao lado do ensino e da pesquisa. A extensão é vista como um instrumento de ligação entre a universidade e a sociedade, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento social, além de que, a contribuição no ensino e posteriormente no campo de atuação. Permite assim que o conhecimento produzido pelas instituições seja funcional às demandas e as necessidades das populações, promovendo uma relação de troca entre a comunidade acadêmica e os demais segmentos da sociedade. Ademais, possibilitando um maior reconhecimento da Universidade e legitimação da sua relevância social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Além de promover a troca de saberes entre universidade e sociedade, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou Lei nº 9.394/1996 destaca que a extensão deve estar integrada ao ensino e à pesquisa, reforçando a ideia de que o aprendizado deve estar alinhado com a realidade social em que os estudantes estão inseridos. Isto porque essa articulação proporciona aos estudantes a oportunidade de relacionar os conhecimentos teóricos com contextos concretos. A extensão também desempenha um papel significativo na formação cidadã dos estudantes, portanto, não só na dimensão teórico-metodológica, mas também ético-política, contribuindo para prepará-los para os desafios futuros em suas inserções profissionais.

Na graduação do Serviço Social, a extensão torna-se, assim, um espaço privilegiado para a reflexão crítica sobre as expressões da questão social, oferecendo aos estudantes uma visão dos desafios do exercício profissional, por meio de experiências concretas. Além disso, as atividades extensionistas no Serviço Social fortalecem a articulação entre ensino e pesquisa, preparando os estudantes para a intervenção social de forma mais integrada, competente e comprometida.

Contudo, é com a aproximação com os movimentos sociais e políticos nos anos 1968 e 1969 que o Serviço Social irá alcançar a maturidade teórico-metodológica expressa no processo de *intenção de ruptura* (Netto, 1981) e irá promover uma “*virada*” histórica no sentido de construir um *projeto profissional crítico* que tem uma *direção profissional* através do seu conjunto de valores e princípios comprometida com a transformação social, com a ação coletiva dos sujeitos sociais em uma direção social emancipatória.

Para a análise da relação entre Serviço Social e Extensão, na atualidade, é necessário explicitar os fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social, localizando seus avanços para posteriormente cotejar os princípios referenciados no projeto profissional com a concepção de extensão popular, comunicativa e orientada para os processos de emancipação humana. (ABEPSS, 2022, p. 17).

No Serviço Social brasileiro há uma ampla e consistente literatura que articula teoria e prática de forma dialética no âmbito dos três núcleos das diretrizes curriculares, quais sejam: 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Em todos os três núcleos, nos quais se desdobram o conjunto das disciplinas obrigatórias e eletivas, são organizadas a partir do fundamento ontológico histórico-materialista que toma a práxis enquanto a constituição do ser humano como produto do meio social e do meio social como produto do ser humano. Nesse sentido, o argumento é que a relação da consciência com a realidade é o que viabiliza a unidade entre teoria e práxis. E a conscientização só pode ser



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

construída pelo processo histórico. Por isso, os desafios consistem em desvendar os nexos imanentes aos objetos reais e para tal, faz-se mister, no mundo regido pelo capital, abordar a questão da alienação, do fetichismo da mercadoria e da reificação enquanto categorias articuladoras da sociabilidade capitalista, buscando apreende-las a partir das situações e problemáticas concretas que se apresentam na vivência da extensão com feiras populares, produzida/realizada com sujeitos do campo - implicados por fatores estruturais e conjunturais que (re)produzem distintos aspectos da questão agrária brasileira (conflitos fundiários, disputa de modelos de produção, carência de canais de comercialização, opressões, violências, etc.) e da cidade, implicados pelo desemprego. Assim, a abordagem de tais categorias integrantes e mediadoras de uma formação profissional crítica, tornam-se fundamentais para pensarmos o presente e delinear os desafios que estão postos a instituição e consolidação futura de uma curricularização da extensão no curso de Serviço Social.

III. FORMAÇÃO CRÍTICA EM SERVIÇO SOCIAL E A NECESSÁRIA ANÁLISE SOBRE A REALIDADE SOCIAL A PARTIR DA ALIENAÇÃO CAPITALISTA

Os fundamentos da formação crítica em Serviço Social no Brasil compreende que na ordem societal burguesa as *relações de troca* tornam-se capaz de penetrar em todos os aspectos do conjunto das dimensões sociais, uma vez que se torna a pedra de toque de uma organização social em que toda a estrutura produtiva e reprodutiva está articulada para a exclusiva relação de compra e venda da *mercadoria*. Na compreensão de José Paulo Netto (1981) a reificação é uma nova especificidade da alienação no capitalismo tardio marcado pela universalização do fetichismo da mercadoria, donde uma totalidade social é marcada por relações sociais mistificadas.

[...] a atividade prática positiva, que é manifestação de vida (*Lebensäusserung*), e a atividade prática negativa, que é alienação de vida (*Lebenstäusserung*); fazendo-o, ele distinguir nitidamente - e contra Hegel - objetivação de alienação: a objetivação é a forma necessária do ser genérico no mundo enquanto ser prático e social, o homem só se mantém como tal pelas suas objetivações, pelo conjunto das suas ações, pela sua atividade prática, enfim; já a alienação é uma forma específica e condicionada de objetivação. O trabalho que constitui aquela atividade prática negativa é um trabalho unidimensional: reduz-se à dimensão da lucratividade, produção de valores de troca, mercadorias. E não só produz mercadorias em geral: produzindo-as, produz-se a si mesmo e ao produtor como mercadorias. Trata-se de uma forma histórica do trabalho - o trabalho alienado (Netto, 1981 p. 46/47).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Na formação crítica em Serviço Social, analisar a categoria trabalho se faz presente desde as primeiras manifestações da chamada “Intenção de Ruptura”. Todavia, é apenas a partir da interlocução com os clássicos da bibliografia marxista que passa-se a abordar o trabalho na sociedade capitalista, o qual aparece de dois modos distintos: como objetivação prática orientada para a satisfação das necessidades humanas (valor de uso) e como objetivação alienada (valor de troca). Para Marx (1985), o trabalho abstrato, a que estamos submetidos, é a objetivação da alienação do trabalho subsumido ao imperativo da produção de mercadorias. Portanto, trata-se de um processo objetivo capaz de engendrar o fetichismo da mercadoria como produto desse trabalho alienado. O fetichismo é uma forma particular de alienação, ou seja, exprime a forma mais desenvolvida da alienação nas relações sociais sob o capitalismo. Quando Marx desvenda o enigma do fetichismo, apreende a estrutura específica que a alienação adquire na sociedade burguesa constituída, a saber: a reificação. É a análise das relações sociais de produção que os seres humanos estabelecem em circunstâncias precisas, que vai permitir que Marx amplie

[...] as formulações sobre a problemática do fetichismo apresentam determinações histórico-econômicas que falecem no trato da alienação: referem-se a um fenômeno peculiar e agarram a sua especificidade --- não é mais a alienação do homem moderno, abstratamente contraposto ao homem da polis grega; o que elas denotam é a expressão característica da alienação típica engendrada pelo capitalismo, a reificação. (Netto, 1981, p.61)

Dessa forma, a consciência reificada, é aquela que transforma as formas do capital nos verdadeiros representantes da vida social, de modo que a consciência, submetida às condições da divisão social do trabalho acaba perdendo “toda a imagem da totalidade” (Lukács, 2003, p. 219). A Reificação vai dar forma a todas as formas subjetivas e objetivas na sociedade capitalista, e as relações entre as pessoas entre si vão ser ocultadas pela forma imediata da mercadoria. Paniago (2007, p. 32) na mesma direção, cita Mészáros ao afirmar que o capital constitui “[...] [o] modo peculiar de controle sem sujeito (...) é inevitável, devido à separação radical entre produção e controle no âmago desse sistema.” A autora afirma que

Essa contradição entre sujeito e objeto, que destitui do verdadeiro sujeito o poder de tomar decisões sobre sua atividade, e por fim, sobre a constituição de sua própria história, utiliza-se das personificações do capital, e personificações do trabalho, para garantir a continuidade da valorização do capital. Não se trata de mera mistificação ideológica das desiguais relações econômicas, mas da necessidade objetiva de dominação de um trabalho reduzido a trabalho abstrato (Paniago, 2007, p. 32).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O princípio da equivalência que rege as determinações fundamentais da produção de mercadorias é comparar elementos que são distintos. Essa objetividade fantasmagórica enseja um desdobramento subjetivo que vai ser a passividade. A produção de um mundo especializado e fragmentado no âmbito científico, no âmbito do processo de trabalho e vai ter como resultado a produção de sujeitos fragmentados. Essa estrutura reificada da consciência ela se impõem como categoria fundamental para toda a sociedade independente das classes sociais, embora, possa variar em grau. A essa perda da capacidade de dominar intelectualmente a sociedade como totalidade, Lukács afirma como possibilidade de apreensão da totalidade como experiência coletiva, de classe.

A reificação é, pois, a realidade imediata necessária para todo e qualquer homem [e mulher] que viva na sociedade capitalista e só pode ser superada por um esforço constante e constantemente renovado para provocar a rotura prática de estrutura reificada da consciência, por uma relação concreta com as contradições que a manifestam concretamente na evolução de conjunto, por uma tomada de consciência do sentido imanente de tais contradições para essa mesma evolução de conjunto. (Lukács, 1989, p. 219, grifos nossos).

Essa é, sem dúvida, uma pista muito importante deixada por Lukács, não só em História e Consciência de Classe, como também, de forma mais sistêmica, em Para a Ontologia do Ser Social (2010): a potencialidade da consciência de classe enquanto uma experiência de grupo, experiência *coletiva*. Voltamo-nos nesse sentido, contra a reificação a partir da organização coletiva, das experiências coletivas e de organização. A importância do processo de conscientização, nos aspectos da consciência *em si* e *para si*, da classe está na experiência de grupo, nos processos coletivos das lutas de classes. Quando se indaga por que o proletariado enquanto classe consegue acessar potencialmente ou conhecer potencialmente a dinâmica da realidade? Ou melhor, acessar politicamente a dinâmica da realidade em suas articulações? O critério da busca por tais indagações reside na coletividade, por ser uma experiência de grupo. Se a realidade é complexa, a práxis como essa experiência coletiva é sempre o critério de verdade.

No campo da produção científica, constituído pelas Universidades e Instituições de Ensino Superior, o Serviço Social, desde o seu processo de *reconceituação* e *renovação*, vem afirmando que é a negação do critério gnosiológico enquanto indicador da cientificidade que nos permite avançar para a adoção do estatuto ontológico como resolução metodológica capaz de desvelar o real com suas múltiplas determinações e inter-relações. Pressuposto é o de que somos seres sociais resultantes de um longo processo histórico fundado pelo complexo do trabalho como o sociometabolismo dos homens com a natureza. Como diz Lukács (1979, p. 109): “o trabalho



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

constitui o protótipo da práxis social” e por isso, é a categoria fundante do ser social e remete sempre para além da esfera da produção imediata, refletindo a esfera da reprodução social. Dois polos se formam pela mediação do trabalho: o indivíduo e a sociedade.

A luta de classes, como *motor* da história – uma síntese dialética retirada da crítica da economia política – não é um conceito abstrato. Antes, é movimento concreto das lutas que operam no cotidiano da classe trabalhadora pela garantia de sua própria vida. É no cotidiano de lutas pela moradia, pela terra, pela escola, pela saúde, por liberdade etc., é que homens e mulheres fazem história sem necessária e conscientemente dirigir suas lutas à superação do modo de produção capitalista que produz incessantemente as condições de pauperização da classe trabalhadora e sua consequente expulsão da terra urbana e/ou rural. Por isso, a proposta de *curricularização* da extensão tomando como referência para articular as disciplinas como componentes curriculares obrigatórios e eletivos, os Grupos e Núcleos de Pesquisas, além do Laboratório de Pesquisa e Extensão sobre Classe, Consciência Social e Lutas Populares podem representar uma potencialidade de *desfetichização* do real e, consequente ação de transformação social pelos sujeitos históricos concretos.

Afinal, continuamos vivendo sob a lógica revigorada e atualizada do sistema capitalista, que mesmo que venha passando por várias metamorfoses continua, hoje como ontem, baseando-se na propriedade privada e na apropriação privada do excedente. A continuidade histórica dessa sociabilidade alienada, fetichizada e reificada impõe ao nosso fazer docente na formação profissional em Serviço Social, a necessidade de realizar na prática da extensão universitária a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão conscientemente dirigida para a superação dessa sociabilidade que é, sem dúvida, tarefa coletiva das classes trabalhadora e subalternas.

IV. A EXPERIÊNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COM FEIRAS POPULARES PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

O projeto de extensão se originou a partir da interlocução com movimentos sociais do campo e artesanais da região em que se situa a Universidade, no contexto de desenvolvimento de um projeto de ensino da disciplina obrigatória do curso de Serviço Social: Classes e Movimentos Sociais, executado entre 2021-2022. Na finalização desse projeto logo no contexto de pós-pandemia de Covid-19 houve a realização de uma feira popular em novembro de 2022, a

qual reuniu trabalhadoras rurais e urbanas da região e culminou na demanda da continuidade da realização de Feiras Populares na Universidade.

Vale ressaltar que a Universidade possui a particularidade de estar situada numa região com elevado índice da população vivendo em áreas rurais (remanescentes quilombolas, extrativistas, indígenas, assentados da reforma agrária, sitiante, dentre outros segmentos) e faz parte do processo de interiorização do ensino superior. São sujeitos, predominantemente mulheres agricultoras rurais e artesãs que estabelecem os questionamentos iniciais nos espaços de debates acadêmicos: “como pensar criativamente formas de inserção e a criação de vínculos interinstitucionais da universidade com seus fóruns, movimentos, cooperativas, associações e grupos do território?” Passam criativamente a questionar, demandar e propor a possibilidade de se fazer parcerias na instituição e em fazer articulações com os cursos consolidados na universidade. É a partir dessa relação dialógica que nascem projetos de extensão e de pesquisas, envolvendo docentes, discentes, técnicos de apoio acadêmico e conjunto com as organizações populares.

Desse modo, surge o Projeto de Extensão baseado na realização de feiras de agricultura familiar e artesanato, em edições mensais com duração de um ano. Em cada edição, estimulou-se o protagonismo discente, buscou-se a participação de agricultores, artesãs, movimentos sociais e coletivos populares, associações, bem como a parceria com secretarias municipais. A organização e realização de cada feira demandou um processo de mobilização de todos os sujeitos envolvidos, de planejamento das ações à comporem o momento da Feira (comercialização, roda de conversa, animação, etc). No período de um ano, foram experimentadas a realização de edições no espaço interno e externo da Universidade, em praças públicas, em outras instituições (Instituto Federal) e eventos. As feiras populares, que também vivenciaram um longo período de interrupção na conjuntura de pandemia e de paulatina retomada no pós-pandemia, passaram a estimular a necessidade de se pensar e refletir sobre as desigualdades sociais, a intensificação das contradições no meio rural, multiplicando as expressões da questão social na região. Nesse sentido, tornou-se fundamental oferecer alimentos de qualidade e saudáveis derivados da agricultura familiar do território, em articulação com um processo de educativo de conscientização sobre o uso sustentável da natureza e sobre a importância da segurança e da soberania alimentar. De forma que busca-se uma contraposição ao padrão hegemônico da agricultura capitalista - esta, baseada na concentração fundiária, na monocultura e na produção de *commodities* com o uso intensivo de agrotóxicos - e,

simultaneamente, convivendo com os elevados índices de insegurança alimentar que caracterizam a sociedade brasileira.

Conforme já mencionamos anteriormente, além do segmento da agricultura familiar, buscou-se fortalecer as iniciativas de produtores e produtoras urbanas de artesanato local, como forma de promoção de estratégias econômicas e populares e de apoio às alternativas, ainda que insuficientes, ao desemprego e ao subemprego local. Neste âmbito, percebeu-se também a enorme dificuldades dessas feirantes em relação ao apoio do poder público local, com a constatação do escasso ou quase inexistente acesso às políticas públicas municipais e estaduais. De forma que o Projeto passou a ser uma das principais referências de espaço de comercialização de artesanato para as artesãs locais do município, culminando na processual adesão de novas integrantes a cada feira mensal.

Além disso, pensou-se em fortalecer as iniciativas de atividades de artesanato local e a consolidação de práticas de feiras populares na região, inclusive como formas de economia solidária como formas criativas e alternativas ao desemprego local. Percebeu-se também a enorme dificuldade das feirantes relacionadas aos apoios do poder público local, através do acesso às políticas públicas municipais e estaduais.

No planejamento inicial do Projeto, buscou-se incluir apresentações culturais locais nas edições das feiras, com o intuito de fomentar a relação criativa entre o conhecimento e o acesso à cultura, compartilhados na comunidade universitária como público interno, e a população local da região como público externo à Universidade. O protagonismo de estudantes extensionistas que participam efetivamente da equipe do projeto de extensão se deu com a participação nas reuniões de planejamento e de avaliação referentes à cada edição, bem como na execução das dez feiras e nos registros audiovisuais, na criação um perfil de divulgação das ações do Projeto na rede social, bem como no mapeamento dos/as feirantes participantes, através dos instrumentos de pesquisa qualitativa e quantitativa, o que permitirá a sistematização dos dados coletados e posterior análise do perfil da comunidade externa participante do Projeto (sexo, idade, território rurais de origem, municípios da região, vínculos político-organizativo, produtos comercializados, dentre outros aspectos).

Além disso, há o acompanhamento dos estudantes na feitura dos relatórios parciais, finais e estímulo à produção bibliográfica resultante das avaliações e reflexões do grupo de pesquisa e estudos desenvolvidos pelas linhas de pesquisas articulados aos componentes curriculares que estiverem cursando em cada semestre de graduação. Na medida em que as feiras populares iam



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

se realizando, iam surgindo as necessidades de se estudar sobre as contradições sociais locais, abordando temas como questão agrária na relação com a questão social, propriedade da terra, soberania e segurança alimentar, sustentabilidade, agroecologia, movimentos sociais rurais, lutas de classes, formação social brasileira e da região. Aprofundamentos necessários para a compreensão e análise crítica das situações de conflitos agrários na região, das formas de atuação dos movimentos sociais nesses contextos, a fim de mapear e entender melhor as dificuldades de constituir parcerias com os órgãos públicos municipais e de desenvolvimento de políticas públicas destinadas à cultura, artesanato e produção da agricultura familiar. E, sobretudo, os estudos são necessários para construir estratégias pertinentes à realidade social em questão. Todavia, inúmeras dificuldades foram vivenciadas no âmbito da estrutura operativa necessárias ao desenvolvimento das feiras, apoios institucionais do poder público local e dos municípios da região. O transporte de produtos e feirantes dos distritos, bairros e municípios da região até à Universidade constituiu um dos maiores desafios para que os produtos oriundos do trabalho no campo ou mesmo das artesãs que residiam nos centros urbanos das cidades do interior chegassem às feiras. A ausência de estrutura própria, seja das feirantes ou do Projeto, como barracas, mesas, cadeiras, bancas expositoras também impuseram limites constantes para a organização das feiras. Todavia, mesmo diante das dificuldades estruturais ou mesmo das intempéries houve a perseverança e a resolutividade criativa, coletiva e solidária entre as participantes e a equipe de extensão.

É importante considerarmos também os importantes resultados do Projeto, os quais, embora não previstos, expressaram a necessidade, viabilidade e significado social da extensão universitária. Os vínculos de confiança e legitimação da importância da Universidade por parte dos feirantes e de outros sujeitos da comunidade externa que se aproximaram nas ações com o Projeto, potencializaram desdobramentos importantes como o convite para docentes e estudantes conhecerem as comunidades rurais, para participarem de fóruns de debate dos movimentos sociais, composição de colegiados territoriais no âmbito da agricultura familiar e incentivo para a elaboração de novos projetos de extensão, pesquisa, ensino ou inovação. Há na equipe extensionista o interesse em problematizar os objetivos voltados para o chamado “desenvolvimento sustentável”, o sentido da produção do conhecimento científico e o papel da Universidade diante dos problemas e dilemas do século XXI.

A execução coletiva das ações de extensão nos processos de organização, planejamento, mapeamento, reuniões coletivas, reuniões com a equipe extensionista, e desse modo, as



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

interlocuções vivenciadas entre estudantes, técnicos, docentes e população de feirantes foi de extrema importância para se fazer o exercício da práxis acadêmica da extensão no curso de Serviço Social. Portanto, para se vivenciar a articulação entre teoria e prática, mediante a intervenção e a interpretação de contextos sociais concretos, ensejadores de uma formação crítica e à luz de demandas postas pela realidade social.

Por isso, reconhece-se que a fundação do Laboratório de Estudos, Pesquisa e Extensão: Classes, Consciência Social e Organizações Populares da Universidade de Pernambuco – UPE, situado na região da Mata Sul, situado na região da Mata Sul, temos a possibilidade conhecer os sujeitos que se inserem em organizações sociais que reivindicam direitos sociais, compreender seus projetos e suas motivações, bem como, estabelecer vinculações de natureza científica, nas quais são os desafios e dilemas cotidianos com que se confrontam os sujeitos na produção e reprodução social. Para a criação do Laboratório as atividades acadêmicas que a ele estão vinculadas partimos da defesa da perspectiva do materialismo histórico-dialético. Ao se refletir sobre a produção do conhecimento e a sua articulação com a função social da universidade, compreende-se que para essa perspectiva teórico-metodológica o critério de *verdade* de qualquer conhecimento é a prática, e dessa forma a totalidade, as suas especificidades e suas particularidades em constante movimento processual tornam-se objetos de pesquisa e de intervenção prática.

Nesse sentido, a opção teórico metodológica expressa pelo Serviço Social brasileiro, ao assumir uma concepção ontológica histórica-materialista de conhecimento filosófico-científico, supera e incorpora a troca de saberes entre as diferentes práxis sociais buscando uma intervenção na realidade concreta com uma direção transformadora. O Laboratório e o seu conjunto de ações acadêmicas pretende mapear os movimentos sociais ativos e inativos na Mata Sul de Pernambuco; identificar e catalogar a “natureza” dos movimentos sociais e aprofundar as pesquisas sobre a história da formação sócio-histórica da região oportunizando com isso, articular as disciplinas do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social cujos conteúdos exigem interpretar de forma crítica a realidade social local, desvelar os mecanismos de funcionamento da sociedade e estabelecer juntamente com estudantes, trabalhadoras(os) e a população em geral, estratégias potenciais para transformar as situações de exploração, de opressão e de dominação.

Nessa perspectiva, busca-se articular formas distintas de experiências de extensão universitária caracterizadas pelo atendimento às demandas sociais, por intermédio da prestação de serviços à comunidade por meio de atividades extensionistas como o lugar de criação e recriação, que incorpora ensino e pesquisa que discuta aspectos da questão social, da questão



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

agrária e da questão ambiental no território. Para nós assistentes sociais docentes, não é possível fazer a formação profissional sem considerar as categorias fundamentais da produção e da reprodução social. Devido à característica interventiva da nossa profissão, as atividades de cunho extensionistas sempre se fizeram presentes na formação profissional. Como Ferraz (2019, p. 63) destaca:

O trabalho de desenvolvimento de comunidade não era considerado como extensão universitária, mas quando envolvia estudantes e professores, trazia elementos que depois vieram a ser denominados de práticas extensionistas, tendo inclusive a característica de ação contínua da universidade junto às comunidades, independente da direção política que as guiavam.

As atividades desenvolvidas pelo Projeto de Extensão tiveram como objetivo principal de realizar o conjunto de dez Feiras Populares que pudessem alavancar os debates e discussões sobre a agricultura familiar e o desenvolvimento da produção artesanal e regional. Nesse sentido, consideramos coletivamente que a finalização do primeiro ciclo do Projeto, a partir da concretização das dez edições de feiras e realizadas com êxito durante o período de um ano, entre 2023 e 2024, tem uma representação material e simbólica da direção social adotada concepção e realização das ações acadêmicas no curso, bem como da resistência e defesa do ensino superior público, gratuito, de qualidade e particularmente interiorizado.

V. CONCLUSÃO

No contexto atual, ainda sob efeitos do pós-pandemia, o ensino remoto ou mesmo a transformação de cursos superiores presenciais em ensino à distância se tornou uma realidade para os cursos de Serviço Social no país, não se fazendo diferente para a realidade desta universidade. Opostamente à proposta de educação à distância, o curso de Serviço Social situado no interior do país empreende a reflexão de que a presencialidade e a consolidação da universidade com cursos presenciais e a sua expansão se faz necessário no sentido de se fortalecer o acesso democrático ao ensino superior. E foi neste sentido que o projeto de extensão universitária com feiras populares, realizado no âmbito da formação em Serviço Social, buscou criar, de um lado, um espaço institucional de concretização da relação sociedade-universidade, no sentido da valorização e do fortalecimento da economia local-regional, com ênfase para os segmentos da agricultura familiar e da economia popular solidária e criativa, tendo por referência as experiências históricas e os princípios dos “circuitos curtos de comercialização” (Darolt, 2024a, 2024b).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Reforçam-se através dessas ações e atividades acadêmicas a consolidação da formação em Serviço Social a partir do compromisso profissional com a defesa dos direitos e com os interesses da classe trabalhadora. E, ao pautar uma direção *ético-política* para a profissão no âmbito da formação crítica, produz-se uma nova perspectiva sobre o papel da formação em Serviço Social e sobre o sentido da Universidade.

Por outro lado e dialeticamente, busca-se contribuir com o processo de apreensão e produção crítica do conhecimento científico que fundamenta a formação em Serviço Social, abordando a realidade do contexto histórico e geográfico de abrangência da Universidade, que é também a realidade de vida de parte significativa da comunidade acadêmica, sobretudo, do segmento discente.

A promoção da práxis extensionista em tela contribuiu para um maior *(re)conhecimento* das relações sociais de produção e reprodução social no território - suas estratégias, saberes, diversidades, dificuldades, no sentido de identificar as viabilidades a serem potencializadas pela relação construída e em construção com a extensão universitária no âmbito da formação em Serviço Social.

VI. REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa - ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABEPSS. *Curricularização da Extensão e Serviço Social*. Gestão Aqui se respira Luta. Brasília-BR, 2022.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - Lei nº 9394/96*, de 20 de dezembro de 1996.

DAROLT, M. R; ROVER, O. J. (org.). *Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social*. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/circuitos_curtos_2.pdf Acesso em: 18 mar. 2024a.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. *In: Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura / organizadores Paulo André Niederle, Luciano de Almeida, Fabiane Machado Vezzani.* Curitiba: Kairós, 2013. 393 p. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Livro-AGROECOLOGIA-FINAL-IMPRESSO.pdf> Acesso em: 18 mar. 2024b.

FERRAZ, Anita Pereira. *Serviço Social e extensão universitária: reflexões sobre formação profissional.* 2019. 124 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22784>. Acesso em 8 jan. 2024.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I.* São Paulo: Boitempo, 2010.
_____. *História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista.* 2. ed. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política.* v.1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo e reificação.* São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

PANIAGO, M. C. S. *Mészáros e a incontrolabilidade do capital.* Maceió, EDUFAL, 2007.